



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

A AMAZÔNIA E O NORDESTE, AS FRONTEIRAS ELÉTRICAS À LUZ DA COLONIALIDADE DO PODER – ESTUDOS DE CASO DA USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE E COMPLEXO EÓLICO DO CUMBE

Érika Castilho Brasil¹

1 – Introdução

Segundo o Plano Nacional de Energia 2030 é estimado que o parque gerador de energia elétrica brasileiro em 2030 terá uma potência instalada entre 210 e 250 mil MW. Reforçando que, as hidrelétricas continuarão a ser o carro-chefe da expansão do setor, com 173.964 MW para esse período. Deste total, o PNE projeta que a bacia do Rio Amazonas seja responsável por grande parte do que está planejado para ser incorporado ao sistema elétrico brasileiro, com cerca de 77.000 MW de potencial hidrelétrico a aproveitar, espera-se que contribua com 73.000 MW nos próximos 20 anos, mesmo sabendo que cerca de 62% (47.862 MW) têm alguma restrição socioambiental à sua utilização.

No entanto, a Matriz Energética Brasileira 2030, avalia que no horizonte de longo prazo, torna-se fundamental preparar o país para a futura transição entre uma expansão predominantemente hidrelétrica, como ocorreu nos últimos quarenta anos, para uma expansão, com características completamente distintas, com uma participação crescente de fontes alternativas renováveis, como eólica e outras, e de usinas térmicas, utilizando diferentes insumos energéticos, de preferência também renováveis, como a biomassa.

Segundo, as projeções do mais recente Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2023), as renováveis deverão representar perto de 86%, na matriz de geração de energia elétrica, em 2023, superando a atual predominância destas fontes. O mesmo plano destaca ainda, a participação da energia eólica, que dos atuais 1,1% da matriz elétrica deverá passar a 8,1% em 2023, devido à expansão de 20 GW no período.

¹ Mestranda em Energia pelo Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo e Bolsista CAPES – castilhobrasil@usp.br



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Em janeiro de 2011, o Ibama concedeu a Licença de Instalação Parcial. O MPF ajuizou uma nova ação em razão de entender que a licença foi concedida sem que 29 condicionantes tivessem sido cumpridas e 4 foram realizadas parcialmente e sobre as demais 7 não havia qualquer informação.

Em fevereiro do mesmo, a Justiça Federal no Pará determinou a suspensão imediata da licença de instalação parcial que permitia o início das obras do canteiro da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), por considerar que as condicionantes impostas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o início das obras não foram cumpridas.

Após diversas suspensões das obras pela justiça, recursos foram julgados e as obras novamente liberadas para construção da hidrelétrica.

No final de 2015, a licença de operação foi concedida a Norte Energia S.A. – consórcio responsável pelo empreendimento, de maioria do grupo Eletrobrás – para que a hidrelétrica de Belo Monte pudesse dar início à geração e venda de energia.

Mais recentemente, neste ano de 2016, a Justiça Federal no Pará, subseção Altamira, decidiu liminarmente pela suspensão da licença de operação de Belo Monte, em virtude do não cumprimento das obras de saneamento básico, na cidade de Altamira, uma condição de viabilidade para a operação da usina.

4 – A Implementação do Complexo Eólico do Cumbe

Em 2008, iniciaram-se as construções do Complexo Eólico do Cumbe, constituído pelos parques Canoa Quebrada, Enacel e Bons Ventos, na comunidade do Cumbe, litoral leste do Estado do Ceará, mais especificamente no município de Aracati.

No mesmo ano a construção do Parque Eólico do Aracati - formado pelas Usinas Eólicas Bons Ventos (composto de 24 aerogeradores), Enacel (composto por 15 aerogeradores) e Canoa Quebrada (composto de 28 aerogeradores), de



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

vezes tidos como atrasados, primitivos, não desenvolvidos. Sendo que também não são considerados como comunidades epistêmicas, isto é, comunidades que produzem conhecimento sobre os usos e valores (econômico, social e cultural) dos recursos e territórios. Dessa forma, tais empreendimentos para se instalarem utilizam o discurso que irão trazer o “desenvolvimento”, o “progresso” e a garantia dos direitos básicos desses grupos sociais e étnicos (comumente negligenciados), assim trazendo “avanços” e “modernizando” a região do empreendimento.

Retomando o “discurso do progresso” atrelado ao “desenvolvimento”, que não deixa de ser também um paradigma da modernidade, no caso da UHE Belo Monte, este se faz presente também, por vias institucionais do Estado, como bem é observado em:

O fato de que desenvolvimento pode ser proporcionado pela hidrelétrica que foi muito presente nas audiências públicas encontrou reforços através da fala do Setor Elétrico, na figura do Sr. Valter Cardeal, reafirmando a prioridade de Belo Monte para o crescimento do país, visto que o Governo Federal colocou essa obra como uma das principais obras do PAC. O engenheiro também ressalta o posicionamento estratégico de Belo Monte para o país através de menção às Resoluções CNPE nº 5, de 3 de setembro de 2009; e nº 6, de 3 de julho de 2008. A primeira, publicada há apenas uma semana do início das audiências públicas, atribui prioridade de licitação e implantação para o projeto hidrelétrico de Belo Monte, em razão do ‘interesse público’ que caracteriza esta obra (NASCIMENTO, 2011, pag. 195)

Esse discurso também pode ser observado no caso do Complexo Eólico do Cumbe:

A concepção de desenvolvimento imposto pelo Estado, para atender as demandas dos empresários, não é discutida com as comunidades tradicionais e grupos étnicorraciais, tendo em vista, que serão eles/as os mais afetados com a instalação dos empreendimentos econômicos nos seus territórios. Assim, as audiências públicas estão se transformaram em espaço onde os técnicos apresentam os projetos, sem impacto nenhum para as comunidades e as populações que estão no seu entorno. Só se fala em melhorias, “desenvolvimento sustentável”, compensação ambiental, geração de emprego e renda, progresso. Não se ouvem as representações das comunidades e os projetos são apresentados como verdades absolutas, onde as comunidades são obrigadas a aceitar a imposição



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

dessas atividades, orquestrada pelos empresários e governos (NASCIMENTO, 2014, pag.32).

Diante da relação de progresso, desenvolvimento, crescimento e interesse nacional, observada nesse trecho, vale lembrar que para GROSFOGUEL (2009), nas sociedades oriundas de processos de colonização, paradigmas como “identidade nacional”, “desenvolvimento nacional” e “soberania nacional” produziram uma ilusão de “independência”, “desenvolvimento” e “progresso”.

Além disso, para GROSFOGUEL (2009), a colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial.

Corroborando para este pensamento Quijano (2005), que chama atenção para o fato de que o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não se constitui um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais, que por sua vez, exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno.

Dessa forma, destaca-se novamente que a questão da modernidade está presente no “discurso do progresso”, como observado nos dois trechos sobre os estudos de caso pesquisados:

(...) se antes era claro que o conflito em Belo Monte era um conflito pela apropriação do espaço, é importante se considerar que também é um conflito pelo controle do tempo. Com efeito, a própria ideia de desenvolvimento, que traz em si um imaginário de progresso e é o centro dos argumentos favoráveis a construção da hidrelétrica, pauta-se por uma definição sobre o tempo: os lugares a serem desenvolvidos são geralmente apresentados como lugares atrasados, que precisam ser acelerados para se sincronizarem com o moderno, o tempo que ser quer presente (FLEURY, 2011, pag. 143).

Eles entraram rasgando o Cumbe sem nenhum critério de respeito, eles entraram mesmo, vieram com a fantasia do progresso e grande parte da



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

comunidade se encantou com isso com a possibilidade do emprego e do progresso, né. E quem questionava esse dano, tinha uma ala da comunidade que se opunha, inclusive comigo e com o João diziam: “vamos expulsar eles daqui que estão atrapalhando” e eu disse tá é fácil de expulsar assim (risos). E agora falando de impactos, o Cumbe sofreu, na década de 80, o impacto da CAGECE mudando o lençol freático dessa área, tirando a água subterrânea. (...). Depois veio a carnicultura e agora por último as eólicas. Então o Cumbe foi malhado assim por três intervenções ditas progresso e mudaram toda a figuração do Cumbe, pois o Cumbe a gente considera, assim, que é o último pequeno vale do grande vale do Jaguaribe, pois é a última entrada na foz do rio, na margem baixa (Entrevista concedida a RIBEIRO, 2013, pág. 107).

Isto posto, quanto a questão da modernidade é importante frisar que Quijano (2005) ressalta que a modernidade foi também colonial desde seu ponto de partida. Ressaltando também que, a modernidade é, assim, também uma questão de conflito de interesses sociais. Um deles é a contínua democratização da existência social das pessoas. Assim, todo conceito de modernidade é necessariamente ambíguo e contraditório, o mesmo autor complementa ainda que:

É ali, precisamente, onde a história desses processos diferencia tão claramente a Europa Ocidental e o resto do mundo, no caso a América Latina. Na Europa Ocidental, a concentração da relação capital-salário é o eixo principal das tendências das relações de classificação social e da correspondente estrutura de poder. (...) . Já no resto do mundo, na América Latina em particular, as formas mais estendidas de controle do trabalho são não-salariais, ainda que em benefício global do capital, o que implica que as relações de exploração e de dominação têm caráter colonial. A independência política, desde inícios do século XIX, está acompanhada na maioria dos novos países pelo estancamento e retrocesso do capital e fortalece o caráter colonial da dominação social e política sob Estados formalmente independentes. O eurocentramento do capitalismo colonial/moderno, foi nesse sentido decisivo para o destino diferente do processo da modernidade entre a Europa e o resto do mundo (QUIJANO, 2005, pág. 125).

Sendo assim, o discurso do progresso presente para as implementações da UHE Belo Monte e do Complexo Eólico do Cumbe, pode ser relacionado a questão da modernidade, que perpassa pela colonialidade do poder, pelo capitalismo e pelo eurocentrismo.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

6 – O “discurso da energia limpa”

O discurso da energia limpa presente também para implementação da UHE Belo Monte e Complexo Eólico do Cumbe, pode ser abordado também em relação a questão da modernidade. Esse discurso da energia limpa fortemente defendido pelo Governo brasileiro, seja relacionado a UHE Belo Monte ou ao Complexo Eólico do Cumbe, pode ser visto nos trechos seguintes:

A construção de Belo Monte atende aos interesses do governo brasileiro de produzir energia limpa, renovável, sustentável e eficiente para assegurar o seu desenvolvimento econômico e social. Nos últimos anos, o Brasil tornou-se referência mundial na produção de energia, ao dispor de uma matriz elétrica baseada principalmente na hidroeletricidade e no uso racional de outras fontes naturais não fósseis, como a eólica, a solar e biomassa (...). O Brasil optou pela hidroeletricidade, por esta fonte oferecer condições mais favoráveis para fazer frente ao crescimento socioeconômico previsto para os próximos anos, em termos de custo (competitividade econômica), viabilidade ambiental, índice de emissões de gases do efeito estufa e confiabilidade no suprimento (Ministério de Minas e Energia - MME, 2016).

A Matriz Energética do Brasil, de fato, sempre se distinguiu internacionalmente pela alta participação de fontes renováveis de energia (...). Isso proporcionou ao País uma matriz mais limpa em termos de poluição ambiental para benefício de toda sociedade brasileira. Tendo em conta as atuais tendências mundiais de preocupação exacerbada com o aquecimento global, é de grande interesse procurar ampliar essa participação, mas se isso for impossível, deve-se, pelo menos, tentar manter essa participação nos níveis atuais (...) no horizonte de longo prazo, torna-se fundamental preparar o País para a futura transição entre uma expansão predominantemente hidrelétrica para uma expansão, com características completamente distintas, com uma participação crescente de fontes alternativas renováveis, como eólica e outra... (Matriz Energética Brasileira, 2030, pág.207 e 208).

Sendo que, este discurso de energia limpa, no tocante a emissão de gases atmosférico por hidrelétricas, já é refutado cientificamente. Mas também, o discurso de “ energia limpa” associada as usinas hidrelétricas e eólicas é questionado no sentido também dos seus outros efeitos, como observado nos trechos respectivos:



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

O maior erro desta política energética que está sendo implementada é o fato dela se apoiar em inverdades. Uma delas é de que a energia hidrelétrica é limpa e barata. Ela não é. Estudos mostraram que Balbina, Tucuruí e Samuel, as três maiores hidrelétricas construídas na região amazônica até agora, emitem gases de efeito estufa mais ou na mesma proporção que usinas a carvão mineral (...). Isso é conhecido pela ciência mas não é considerado porque não é de interesse de quem concebe essas usinas. O que interessa é a grande quantidade de dinheiro que vai ser repassado para as empresas construtoras de barragens, turbinas e geradores. O restante, o problema ambiental, as populações que serão expulsas, a cultura indígena que está sendo desconsiderada, isso não entra na conta (BERMANN, 2010).

(...) os custos socioambientais do parque eólico da comunidade do Cumbe foram transferidos para a maioria da população local. Esse quadro de “injustiça ambiental” culminou em um protesto durante a construção do projeto, quando moradores fecharam a estrada de acesso ao parque por 19 dias, acarretando alto prejuízo para a empresa Bons Ventos. Pesquisadores e movimentos sociais de base se juntaram para produzir conhecimento e discursos que revelassem as injustiças ocorridas. As faixas do protesto questionavam o discurso da sustentabilidade com as seguintes frases: ‘a energia é limpa, mas sua instalação não’; ‘eólicas sim, nas dunas não’ (SANTOS, 2014, pág. 11).

Neste sentido, é importante também considerar a relação do discurso de energia limpa associado a modernização ecológica, conceito amplamente utilizado na Europa Ocidental, que segundo MILANEZ (2009), tem como um dos principais pressupostos a confiança no desenvolvimento científico e tecnológico como principal estratégia para solucionar problemas ambientais, incluído aí as tecnologias limpas, verdes, sustentáveis.

Sendo que, no Brasil assim como em outras partes do mundo, já existem fortes críticas a esse conceito, como se pode ver em:

(...) a modernização ecológica opõe a lógica dos interesses à lógica dos direitos; tende a equacionar o meio ambiente na lógica da propriedade privada; o “meio ambiente” é visto como “oportunidade de negócios”; o meio ambiente e a sustentabilidade tornam-se categorias importantes para a competição interterritorial e interurbana; para atrair capitais, a “ecologia” e a “sustentabilidade” podem tornar-se apenas um símbolo, uma marca que se quer atrativa (ACSELRAD, 2010, pag. 222).

Deste modo, é possível perceber que o discurso da energia limpa é um discurso engendrado no capitalismo e de racionalidade específica, eurocêntrica,



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

aspectos presentes na questão da modernidade abordada pelo conceito de colonialidade.

7 – Considerações Finais

Portanto, o presente artigo analisou os principais aspectos que podem demonstrar a reprodução das abordagens dos conceitos de colonialidade do poder. Sendo que, o discurso de “progresso” e “energia limpa” que permeiam o empreendimento podem ser relacionados a questão da modernidade, que perpassa pela colonialidade do poder, pelo capitalismo e pelo eurocentrismo.

8 – Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – O caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24, (68), 2010, p. 103-119.

ACSELRAD, Henri. Desigualdade ambiental, economia e política. *Astrolabio*, n. 11, 2013.

BERMANN, Célio. Entrevista: “A energia hidrelétrica não é limpa, nem barata”. *Viomundo*. 03 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/bermann-a-energia-hidreletrica-nao-e-limpa-nem-barata.html>> Acesso em 5/08/2016

BRASIL. Ministério de Minas Energia. Boletim Mensal de Monitoramento do Sistema Elétrico. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério de Minas Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética. *Matriz Energética Brasileira 2030*. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério de Minas Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética. *Plano Nacional de Energia 2030*. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério de Minas Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2030*. Brasília, 2014.

FLEURY, Lorena. *Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva*. Tese (Doutorado) –



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2013

GROSGOUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.), Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

MILANEZ, B. Modernização ecológica no Brasil: limites e perspectivas. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 20, p. 77-89, jul./dez. 2009.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Belo Monte vai produzir energia com respeito ao meio ambiente. Disponível em < <http://www.mme.gov.br/web/guest/destaques-do-setor-de-energia/belo-monte>>. Acesso em 4 de jul. de 2016.

NASCIMENTO, Sabrina Mesquita. Usina Hidrelétrica de Belo Monte: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos; Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

NASCIMENTO, João Luís Joventino do. Processos educativos: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental. 119 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Gilmar Lopes. Parques eólicos: impactos socioambientais provocados na região da praia do Cumbe, no município de Aracati Ceará. 2013. 154 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2013.

SANTOS, Alice Nataraja Garcia. A energia eólica no litoral do NE no Brasil - Desconstruindo a "sustentabilidade" para promover "justiça ambiental". Heinrich-Böll-Stiftung. Tübingen/Rio de Janeiro, Novembro 2014. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/a_energia_eolica_no_litoral_do_ne_alice_santos_boll_brasil2.pdf. Acesso em: 5 de fevereiro 2016.

SILVA, Alexandra Martins - Megaprojetos, conflitos e processo decisório: a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte. Coimbra: [s.n.], 2016. Tese de doutoramento. Disponível na WWW: <http://hdl.handle.net/10316/29442>.